



A POLÍTICA DE ENSINO PROFISSIONAL NO 3º BEIC FRENTE À MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

THE POLICY OF VOCATIONAL EDUCATION IN THE 3rd BEIC IN THE NATIONAL CURRICULAR MATRIX FOR PROFESSIONALS IN THE PUBLIC SAFETY AREA

Cleidir Bispo Rodrigues

cleidirbr@hotmail.com

Pós-graduando Especialização em Gestão Pública
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Marcelo Henrique Pereira dos Santos

marcelo.henrique@univasf.edu.br

Professor da Especialização em Gestão Pública
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi analisar o processo de implementação da política de ensino no 3º Batalhão de Ensino, Instrução e Capacitação, do sistema de ensino da Polícia Militar da Bahia, frente à Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais de segurança pública. Foram observadas normas que regulam o planejamento e a conduta do sistema de educação na Corporação, e a partir de entrevistas aos gestores da unidade de formação foi verificado que existem fatores que impendem a fiel execução da missão em formar e capacitar profissionais, como a dificuldade com a estrutura para simulação de técnicas, ausência de capacitação para instrutores, bem como limitação de recursos, fator que atinge a administração pública de uma forma geral. Os resultados permitiram identificar problemas e analisar de forma específicas a questão da implementação de políticas públicas de segurança.

Palavras-chave: Política pública, implementação, segurança pública, matriz curricular.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the teaching policy implementation process in the 3rd Battalion of Teaching, Instruction and Training, of the teaching system of the Military Police of Bahia, in front of the National Curricular Matrix for training actions of public safety professionals. It was observed rules that regulate the planning and conduct of the education system in the Corporation, and from interviews with the managers of the training unit, it was verified that there are factors that depend on the faithful execution of the mission to train and train professionals, such as the difficulty with the structure for simulation of techniques, lack of training for instructors, as well as limitation of resources, a factor that affects public

Recebido em 30.06.2018. Publicado em 26.12.2018



Licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 United States License

administration in general. The results allowed to identify problems and analyze in a specific way the issue of the implementation of public security.

Keywords: Public Policies; Implementation, public security, curriculum.

1 – INTRODUÇÃO

A segurança pública tem sido tema central dos debates no Brasil em razão dos índices de criminalidade terem alcançado marcas inéditas no país, cerca de 62.517 homicídios em 2016, uma taxa de 30,3 mortes por 100 mil habitantes, em números absolutos nos últimos dez anos, 553 mil vidas foram ceifadas, segundo o Atlas da Violência (2018). Nesse contexto, é imprescindível observar que Lima et al., (2015) afirmaram que a transição democrática no país não inseriu as instituições policiais na agenda de necessidades quanto a reformulação institucional de práticas compatíveis com o Estado Democrático de Direito vigente.

A possibilidade de promover uma cultura de paz num Estado recentemente democratizado e em fase de amadurecimento das suas instituições perpassa pela formação de profissionais capazes de lidar com as diversas formas de violência, conflitos e criminalidade, a fim de promover e garantir a qualidade de vida e a integridade das pessoas, por meio de metodologias e técnicas que atendam aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade entre outros princípios da administração pública (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), assumiu em 2003 o compromisso de produzir um instrumento para orientar o planejamento e a conduta das instituições estaduais de segurança pública nas ações formativas de profissionais através da Matriz Curricular Nacional (MCN), bem como divulgar e estimular a discussão no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). A MCN foi revista em 2005 através da inclusão de dois documentos: as Diretrizes Pedagógicas para Atividades Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública que contempla um rol de orientações para o alinhamento, acompanhamento e avaliação da política de ensino e a Malha Curricular que apresenta um conjunto de disciplinas de conteúdo conceitual, procedimental e atitudinal que garante a unidade de pensamento e ação dos profissionais de segurança pública (BRASIL, 2014).

Após divulgação desses três documentos para amplo conhecimento entre instituições de ensino de todo o país, foi em 2014 que se consolidou uma nova MCN com o objetivo de

produzir um referencial teórico-metodológico para orientar as ações formativas, no ingresso e ao longo da carreira, independente da modalidade de ensino adotada.

No atual cenário brasileiro são necessários profissionais cada vez mais preparados para as diversas situações, por isso, torna-se imprescindível o diagnóstico quanto às unidades responsáveis pelo recrutamento e formação de profissionais que atuarão na segurança pública, verificando se estão compatíveis, em processo de transição ou mesmo alheia às novas exigências da complexidade das relações hodiernas, e por fim apresentar alternativas de gestão para a melhoria dos serviços prestados.

O objetivo deste artigo é analisar a implementação do ensino profissional no 3º Batalhão de Ensino, Instrução e Capacitação (3º BEIC), da estrutura de ensino da Polícia Militar da Bahia (PMBA), criado em 2009, em Juazeiro/BA para atender as demandas de capacitação na região norte da Bahia, formando novos profissionais e aperfeiçoando o efetivo para ascensão na carreira policial militar do quadro de praças, policiais que atuam, em sua maioria, diretamente com o cidadão.

A pesquisa terá como foco principal a análise da matriz curricular e o desenvolvimento das atividades pedagógicas do Curso de Formação de Soldado (CFSd) da Polícia Militar perante a Matriz Curricular Nacional consolidada em 2014, que possibilitará a constatação do alinhamento ou não entre as diretrizes e políticas do governo federal e estadual, ou seja, verificar a implementação da política de ensino profissional na Corporação frente às diretrizes estabelecidas pela MCN.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As críticas sobre a forma de atuação das polícias no mundo provocaram discussões e incentivaram a produção de estratégias incluindo o ensino profissional dos agentes de segurança pública. O período marcante ficou conhecido como a crise das Polícias onde alguns países se destacaram no cenário por implementar alternativas através da educação, como se vê abaixo:

O período em que ocorrem significativas mudanças na Educação Policial decorre dos efeitos da crise das Polícias, nos anos de 1970 – 1980, principalmente nos Estados Unidos, no Reino Unido e no Canadá. Tal crise expressava-se no racismo, na brutalidade, na corrupção, na ineficiência em relação ao crime e na ineficácia em garantir a ordem pública democrática. Observa-se uma reação à crise das Polícias, mediante várias estratégias, a partir dos anos 1990. (BRASIL, 2013, p. 4)

A formação profissional democrática possibilita ao cidadão que ingressa na Instituição um olhar crítico e moderno acerca dos processos sociais em que irá atuar, evitando reprodução

A política de ensino profissional no 3º BEIC frente à Matriz Curricular Nacional para profissionais da área de segurança pública

de discursos na organização através da educação voltada ao respeito aos direitos fundamentais da pessoa, como afirma Goldstein:

Um dos princípios básicos dos reformadores policiais é que elevar a qualidade do pessoal é a chave para melhorar o funcionamento da polícia. Como resultado, muitos dos esforços para modernizar as agências de polícia concentraram-se em problemas de pessoal: recrutamento, padrões de seleção, procedimentos de promoção, treinamento e, mais recentemente, educação. (GOLDSTEIN, 2003)

No Brasil, observa-se desde a criação da Matriz Curricular Nacional para profissionais da área de segurança pública através da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), uma tentativa de orientar as ações formativas nos centros de formação de profissionais. No entanto, pesquisas apontam a “segurança pública” como um campo onde diferentes posições políticas e institucionais interagem constituindo um cenário de disputas definidas pela forma como cada organização administra ordem e conflitos (LIMA; BUENO; SINHORETTO, 2015):

Na ordem democrática, os discursos de democratização e de defesa dos direitos humanos provocaram fraturas num modelo de ordem social até então hegemônico. Mas, diferentemente do que ocorreu na economia e em outras áreas de política social, a transição democrática não propiciou reformas mais profundas nas polícias, na justiça criminal e nas prisões. Arquiteturas institucionais e funções constitucionais mantiveram-se praticamente as mesmas [...].

No campo das políticas públicas, a fase de implementação pressupõe que a política saia do papel e funcione efetivamente como planejado. Envolve dessa forma previsão de orçamento, capacitação de equipes, aquisição de meios para auxiliar a execução das atividades, resultando no alcance dos resultados que constituem o impacto da política implementada (RODRIGUES, 2011).

Nota-se que pode haver um abismo entre o que fora estabelecido como ideal na política pública de segurança quanto a capacitação dos profissionais e o que de fato é implementado. Faria (2012) aponta os motivos pelos quais deve-se discutir sobre a etapa de implementação:

- a) pelo fato de esse processo muitas vezes acarretar alguma forma de frustração para os decisores, muitas vezes eleitos com o propósito de priorizar/solucionar determinadas questões percebidas como problemáticas pelo cidadão eleitor;
- b) pelo reconhecimento de que a política não se traduz em prática, e muito menos em resultado bem-sucedido, pela simples disposição de autoridade, autorização e mobilização de recursos e expertise; pela necessidade de se maximizar o impacto do gasto público;
- d) pela necessidade de se monitorar o comportamento dos agentes mobilizados para a implementação;
- e) para se produzir informações necessárias para que as políticas futuras possam ser mais bem-sucedidas;
- f) para que a máquina estatal, de complexidade crescente, seja mais amplamente compreendida.” (Faria, 2012, p. 11)

Diante de todo o exposto conclui-se que a análise e constatação dessas distorções possibilitará ao gestor público a correção de elementos necessários ao gerenciamento viável dos serviços públicos.

2.1. O processo de implementação de políticas públicas

A política pública, segundo Souza (2006), busca ao mesmo tempo “colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. No ciclo das políticas públicas são definidos os seguintes estágios: formação da agenda, proposição de alternativas, seleção das opções, implementação e avaliação.

Segundo Pressman e Wildavsky (apud Marques, 2013) a fase de implementação de uma política pública pode modificá-la significativamente, considerando as variáveis como recursos financeiros disponíveis, comunicação e funções compartimentadas. Nesse sentido, a fase de implementação exige o esforço de diversos atores no processo de interpretação e adequação das decisões tomadas na fase de formulação, considerando as características de um determinado contexto.

Lipsky (2010), pesquisador que aprofundou estudos sobre a influência da atuação de funcionários do Estado na entrega de serviço públicos, argumenta que atores que não participam do processo de formulação e proposição de ações na construção de uma política pública são responsáveis por decisões na medida em que o contexto exige modificações de procedimentos e adaptação de regras, em consequência do que o autor denomina *discricionariedade* ou margem em que os responsáveis pela implementação podem tomar decisões.

Logo, observa-se a importância do debate em torno da condução de uma etapa imprescindível ao êxito das políticas públicas em sua fase final, para efetiva oferta do serviço ao cidadão.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento da pesquisa, o local para visitação e exploração de campo foi o 3º Batalhão de Ensino, Instrução e Capacitação, da estrutura de ensino da Polícia Militar da Bahia responsável pela formação de profissionais da área de segurança pública no norte do estado. A unidade fora criada em 2009, em razão do desmembramento do antigo 3º Batalhão

de Polícia Militar, responsável à época pelo policiamento ostensivo das cidades: Juazeiro, Sobradinho e Sento-Sé, em Companhias Independentes de Polícia Militar.

A pesquisa foi conduzida através de análise documental quanto à Matriz Curricular Nacional para ações formativas de profissionais de segurança pública e legislação de ensino da Corporação: Plano Estratégico (2017-2025) da PMBA, Diretriz Geral de Ensino (2016-2018) e Matriz Curricular do Curso de Formação de Soldado selecionando dados sobre a política de ensino até então implementada com entrevistas aos gestores da unidade, bem como a análise bibliográfica referente à segurança pública e formação policial no Brasil e entrevistas dos gestores que conduzem a execução da política de ensino.

A pesquisa pretende, nesse sentido, explorar e discutir a adequação das práticas de ensino às políticas públicas de ações formativas de profissionais de segurança pública estabelecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, no município de Juazeiro-BA, expondo as dificuldades institucionais na implementação e possíveis desafios que deverão ser solucionados.

3.1 Coleta de dados

3.1.1. A Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da área de Segurança Pública – MCN

O cenário em que a MCN surge, no âmbito nacional e internacional, exige do agente de segurança pública uma análise do contexto em que ocorre a violência e as relações entre os atores sociais que estão inseridos nos diversos ambientes, bem como o conhecimento das engrenagens formais que movem o Estado Contemporâneo, principalmente sobre o papel das instituições de segurança pública e sua interação com os sistemas judiciário e prisional.

A produção da MCN teve como objetivo principal a produção de um referencial teórico-metodológico que pretende orientar as ações formativas dos profissionais de segurança pública no Brasil. Inicialmente a Matriz apresenta o perfil profissiográfico e as competências a serem desenvolvidas no processo de formação dos integrantes da Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiro Militar, produzido pelo grupo de trabalho composto por profissionais que atuam nas disciplinas que compõe a Malha Curricular da MCN, como se observa:

Por ser um documento de abrangência nacional e exigir a construção de consenso, a metodologia utilizada no trabalho de revisão da MCN privilegiou a participação de diversos atores, com notório saber e ou especialização técnica, envolvidos no processo de formação dos profissionais de segurança pública. Os colaboradores foram

A política de ensino profissional no 3º BEIC frente à Matriz Curricular Nacional para profissionais da área de segurança pública

divididos em grupos de trabalhos com caráter consultivo e/ou avaliativos - reunidos virtual e/ou presencialmente - nas mais diversas etapas do processo de revisão. (BRASIL, 2014, p.12).

Neste trabalho a análise será pautada nas ações destinadas à Polícia Militar já que faremos um estudo comparativo com a Matriz Curricular do CFSd em andamento no 3º BEIC. Num segundo momento são definidos princípios da Matriz (2014, p.37-38) que são o ético, educacional e o didático-pedagógico que são norteadores para formulação das ações formativas:

Ético: os princípios contidos neste grupo enfatizam a relação existente entre as ações formativas e a transversalidade dos direitos humanos, contribuindo para orientar as ações dos profissionais da área de segurança pública num Estado Democrático de Direito.

Educacional: os princípios contidos neste grupo apresentam as linhas gerais sobre as quais estarão fundamentadas as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

Didático-pedagógico: os princípios deste grupo orientam as ações e atividades referentes aos processos de planejamento, execução e avaliação utilizados nas ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

Dentre os princípios, nota-se que o eixo ético estabelece harmonicamente a eficiência policial e o respeito aos direitos humanos, bem como a valorização e compreensão das diferenças, elementos essenciais ao Estado Democrático de Direito.

A MCN ainda prevê a adoção de carga horária recomendada para as disciplinas e recomenda a atualização do formato pedagógico proposta pela SENASP. Observa-se nesse sentido que a MCN estabelece o roteiro para formação interdisciplinar e transversal entre as diversas disciplinas da malha curricular com os temas que abordam os direitos humanos, a partir dos seguintes aspectos:

É válido ressaltar que os diversos itinerários formativos a serem elaborados com base no referencial da Matriz devem contemplar os direitos humanos, a partir das abordagens interdisciplinar e transversal. Ou seja, os temas relacionados aos direitos humanos, principalmente os vinculados à diferença sociocultural de gênero, de orientação sexual, de etnia, de origem e de geração, devem perpassar todas as disciplinas, trazendo à tona valores humanos e questões que estabelecem uma relação dialógica entre os campos de conhecimentos trabalhados nas ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. (BRASIL, 2014, p.39).

Observa-se, no desenrolar dessa análise que a MCN oferta uma gama de elementos para que as instituições possam balizar, a partir de um documento construído coletivamente, uma alternativa de formação que pretende tornar-se cada vez mais técnica e transparente para a

sociedade que será beneficiária do serviço de segurança pública, tendo como condição *sine qua non*, à formação, o respeito aos preceitos de um Estado Democrático de Direito.

3.1.2. A Matriz Curricular do Curso de Formação de Soldado da PMBA

A instituição do *Plano Estratégico (2017-2025)*, a PMBA rumo ao seu bicentenário, estabeleceu como Objetivo Estratégico (OE) nº 11 o desenvolvimento de competências profissionais, mediante ações de ensino e de instrução, em todos os níveis hierárquicos (BAHIA, 2017), e tendo como desdobramento a definição da política de ensino da Corporação através da Diretriz Geral de Ensino (DGE) 2016/2019, que estabelece:

A Política de Ensino da PMBA consiste no conjunto de ações sistematizadas à organização do ensino nos níveis infantil, fundamental, médio, técnico profissional de nível médio e técnico profissional de nível superior (graduação e especialização), visando à formação do homem e do profissional de polícia nos seus aspectos físico, intelectual, afetivo e moral, com finalidade de desenvolver as qualidades necessárias para o desempenho de suas atividades na sociedade. (BAHIA, 2018, p.2).

Para tanto a Instituição se utiliza de referências formais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Matriz Curricular Nacional, entre outros documentos internos como fonte para a política de ensino dos diversos cursos realizados. Outro ponto imprescindível são os fundamentos do sistema de ensino previstos no Art. 3º, da DGE:

Art. 3º - São fundamentos da Política de Ensino da PMBA:

I – a sistematização do conhecimento por parte das unidades de ensino da Corporação para a formação educacional e profissional dos indivíduos com vista:

[...]

f) ao desenvolvimento das competências cognitivas, operativas e atitudinais para o desempenho da profissão policial militar nos âmbitos operacional e administrativo.

[...]

VI – a solidificação dos princípios democráticos e do respeito aos direitos humanos previstos na Constituição Federal e na legislação correlata através:

a) da valorização do conceito de proteção e promoção dos direitos humanos dos cidadãos, em especial aqueles que são garantidores à vida, à integridade física, à liberdade e à dignidade humana;

b) da profissionalização e da especialização dos integrantes da Corporação nas áreas temáticas de policiamento comunitário, segurança do cidadão e segurança humana;

[...]

§ 1º - Os fundamentos referendados neste artigo devem nortear os componentes curriculares do sistema de ensino da Corporação, inserindo também, de forma transversal, conteúdos temáticos que versam sobre o respeito aos direitos humanos e fomentem a resolução pacífica de conflitos, com base em princípios éticos, jurídicos e técnicos – profissionalizantes PM.

§ 2º - Os docentes deverão privilegiar a prática pedagógica através de Instrumentos metodológicos de ensino/aprendizagem que priorizem a participação ativa dos

A política de ensino profissional no 3º BEIC frente à Matriz Curricular Nacional para profissionais da área de segurança pública

discentes nas aulas e a preparação prévia para o debate e de avaliações criteriosas que mensurem as competências e habilidades essenciais ao serviço policial militar.

Observa-se que tanto o planejamento estratégico da Instituição, definido como “um processo voltado à formulação da estratégia de longo prazo, durante o qual se busca o diagnóstico do ambiente no qual a Organização está inserida.” (BAHIA, 2017), quanto a Diretriz Geral de Ensino, que estabelece a política de ensino da instituição, constroem uma filosofia para profissionalização técnica dos agentes a partir da educação voltada para o respeito à Constituição Federal, principalmente no que se refere aos direitos humanos.

A Matriz Curricular do Curso de Formação de Soldado PM 2018 – (MC), conforme Tabela 1, expõe uma relação de disciplinas e atividades, a Grade Curricular, com carga horária total de 1.202 horas distribuídas em 02 (dois) módulos. As disciplinas compreendem aspectos quanto ao desenvolvimento das competências profissionais que são as cognitivas, operativas e atitudinais, nos âmbitos administrativo e operacional.

As cognitivas habilitam o agente a pensar de forma crítica, criativa e estar consciente de suas ações, já as operativas abrange a aplicação do conhecimento teórico de forma responsável, refletida e consciente. As competências atitudinais visam a estimular a percepção de vida em grupo, nos diversos ambientes: familiar, social e profissional (BRASIL, 2014, p. 74).

Tabela 1: Grade Curricular do CFSD 2018

DISCIPLINAS/ATIVIDADES	COMPONENTE	MÓD I	MÓD II	CH
Educação física	Atividade	20	20	40
Prevenção e proteção pessoal	Atividade	20	20	40
Armamento e tiro	Disciplina	45	45	90
Direito aplicado	Disciplina	45	45	90
Legislação PM	Disciplina	20	30	50
Ordem unida	Atividade	20	20	40
Policiamento ostensivo geral	Disciplina	45	45	90
Seminários de temas selecionados	Atividade	30	32	62
Prática policial supervisionada	Atividade	70	70	140
Policiamento ostensivo de trânsito	Disciplina	20	20	40
Higiene e socorros de urgência	Disciplina	20	20	40
Inglês	Disciplina	-	30	30
Polícia Comunitária	Disciplina	30	-	30
Direitos Humanos	Disciplina	30	-	30
Fundamentos de proteção ambiental	Disciplina	30	-	30

A política de ensino profissional no 3º BEIC frente à Matriz Curricular Nacional para profissionais da área de segurança pública

Relações interpessoais	Atividade	30	-	30
Correspondência PM	Disciplina	30	-	30
História da PM/estrutura e funcionamento	Disciplina	30	-	30
Introdução à Sociologia	Disciplina	30	-	30
Direito Militar aplicado	Disciplina	-	30	30
Policiamento ostensivo em eventos especiais	Disciplina	-	30	30
Atividades de choque	Atividade	-	20	20
Gerenciamento de crises	Disciplina	-	30	30
Policiamento ostensivo de guardas	Disciplina	-	30	30
Inteligência policial	Disciplina	-	30	30
Educação para relações étnico raciais e de gênero	Disciplina	-	30	30
Jornada de Instrução Militar	Atividade	20	-	20
Jornada de Instrução PM	Atividade	-	20	20
CARGA HORÁRIA TOTAL		585	617	1202

Já a ementa define os assuntos que serão abordados em cada disciplina conforme tabela 2, no entanto percebe-se a ausência de outros parâmetros recomendados pela Matriz Curricular Nacional e mais especificamente no art. 20, da Diretriz Geral de Ensino, quanto ao Currículo, como se observa:

Art. 20 -O Currículo deve ser composto de:

I –Apresentação, contendo:

- a) Nome da Unidade de Ensino responsável pela elaboração;
- b) A finalidade do curso (formação, aperfeiçoamento, especialização, capacitação ou qualificação);
- c) As competências que se almejam alcançar (cognitiva, operativa, atitudinais);
- d) Os princípios (ético, educacional e didático-pedagógico);
- e) Objetivos, geral e específico;
- f) Dinâmica curricular (eixos articuladores e áreas temáticas);
- g) Orientações teórico-metodológicas;
- h) Carga horária total.

II – Corpo Textual:

- a) Malha curricular (numerada por áreas temáticas, componentes curriculares e percentual da carga horária proposta);
- b) Ementas dos Componentes Curriculares (composição e descrição das ementas de cada disciplina);
- c) Referências bibliográficas.

Conclui-se, preliminarmente, que a Matriz Curricular do Curso de Formação de Soldados 2018, apresenta somente o corpo textual quanto às alíneas “a) Malha curricular”, não sendo identificada sua área temática e “b) Ementas dos componentes curriculares”, não

A política de ensino profissional no 3º BEIC frente à Matriz Curricular Nacional para profissionais da área de segurança pública

contemplando tópicos imprescindíveis como dinâmica curricular, competências e objetivos que se deseja alcançar em cada disciplina.

Tabela 2: Ementa do CFSD (parcial)

DISCIPLINAS	EMENTA
Direitos Humanos (30h/a)	1- Introdução; 2- Atuação das Polícias (controle interno e externo); 3- Conceituação teórica (Direito e Direitos Humanos); 4- Direitos Humanos: a) Evolução histórica, b) Características, c) Proteção constitucional, d) Violação de direitos e proteção internacional, e) A Polícia e os Direitos Humanos; 5- Código de conduta para encarregados de aplicação da lei; 6- Relação Direitos Humanos e o Estado; 7- Declaração Universal dos Direitos Humanos; 8- Sistema Interamericano de proteção dos Direitos Humanos; 9- Constituição Federal (Art. 1º ao 8º); 10- Aplicação da lei nos Estados Democráticos: a) Democracia e o Estado de Direito; 11- Portaria interministerial 4266, de 31 de dezembro de 2010.
Educação Para Relações Étnico-Raciais e de Gênero (30h/a)	1- Conceitos: a) Raça, b) Etnia, c) Racismo, d) Etnocentrismo, e) Preconceito, f) Discriminação, g) Minorias sociais, h) Cor e gênero; 2- Estatuto da Igualdade Racial; 3- As minorias sociais na sociedade baiana: a) Negros, b) Mulheres, c) Homossexuais; 4- Formação étnica da sociedade baiana; 5 - Dinâmicas de grupo sobre os temas orientados; 6- Discussões e reflexões fundamentais dos problemas sociais na Bahia e no Brasil; 7- SEMINÁRIO INTERNO: Ações da Polícia Militar da Bahia NAFRO, Ronda Maria da Penha e Centro Maria Felipa.

A definição de tópicos, tão somente, não garante a unidade de pensamento em um curso profissionalizante de alcance em todo o território estadual, nas diversas unidades responsáveis pela formação regionalizada. Percebe-se, ainda, que a Matriz Curricular do CFSD 2018 é composta somente pela grade curricular e ementa, como se vê nas tabelas 1 e 2, em consequência não atende ao que a MCN e DGE estabelecem.

3.1.3. Entrevista com os gestores do 3º Batalhão de Ensino, Instrução e Capacitação

Para analisar a implementação da política de ensino da PMBA, em específico a Matriz Curricular do Curso de Formação de Soldado 2018 realizado no 3º Batalhão de Ensino, Instrução e Capacitação, foi aplicada entrevista estruturada para 07 (sete) gestores responsáveis pela condução da gestão pedagógica e disciplinar, bem como entrevista semiestruturada com o co-gestor responsável pela fiscalização administrativa da unidade.

A política de ensino profissional no 3º BEIC frente à Matriz Curricular Nacional para profissionais da área de segurança pública

Quanto a entrevista ao co-gestor, ao ser questionado sobre os instrutores e professores do CFSd 2018, se possuem formação técnica para conduzir o processo formação em curso, foi afirmado que:

Todos tem formação em nível superior com experiência na área das disciplinas como executores, alguns com especialização stricto sensu, mas cerca de 80% não é especialista na área. Na instituição não há, ainda, uma política para formação de formadores, ou seja, não há cursos para formação de instrutores, exceto para as disciplinas de abordagem policial. (Informação verbal).

Na segunda pergunta foi abordado o tema da política de ensino da PMBA e o seu alinhamento com a compreensão do exercício da atividade policial como prática da cidadania, da participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, o co-gestor expôs que:

As normas vigentes estão adequadas às demandas por uma segurança pública de qualidade, mas ainda é necessário avançar em outro aspecto, principalmente quanto às especificidades de cada unidade que executa ações para formar profissionais. (Informação verbal).

No terceiro momento, nota-se que a unidade ainda carece de melhorias na estrutura para atender os objetivos das atividades pedagógicas quanto à formação nos aspectos físicos e intelectual, como se vê abaixo:

Não possuímos estrutura para execução de todas as atividades voltadas para atuação do policial militar. Por exemplo, não possuímos estande de tiro próprio, sempre solicitamos apoio de empresas privadas para que os alunos possam realizar disparos de armas de fogo, formação essencial para o agente de segurança pública, mas está em fase de licitação a construção de um estande para o BEIC. Não temos à disposição uma biblioteca com livros sobre os assuntos abordados pelas disciplinas, atualmente os discentes utilizam apostilas produzidas pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e as salas de aulas para estudo. Não temos uma área adequada para atividades físicas, porém também está em fase de licitação a construção de uma pista semiolímpica. Outro fator é a ausência de equipamentos de TIC para consultas e atividades junto à rede de ensino EaD da SENASP. (Informação verbal)

No questionamento seguinte o foco foi a participação dos integrantes do 3º BEIC na formulação da Matriz Curricular do CFSd atual, foi exposto que o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças recomendou aos instrutores a construção do plano de aula, com base na MCN, podendo sugerir substituição de disciplina e mudança de conteúdo. Por fim, a análise sobre as dificuldades observadas na execução das ações formativas, observa-se com maior ênfase a dificuldade quanto a capacidade do refeitório, como se vê:

O impacto maior é a limitada capacidade do refeitório. Em consequência, no horário das refeições, principalmente no almoço, é necessário dividir a turma em 02 (dois) grupos reduzindo assim o período para o discente realizar higienização pessoal, bem

A política de ensino profissional no 3º BEIC frente à Matriz Curricular Nacional para profissionais da área de segurança pública

como repousar para retornar para as instruções do turno vespertino. (Informação verbal)

A figura 1, abaixo, apresenta dados sobre a percepção dos coordenadores pedagógico e disciplinar. Inicialmente todos afirmaram que a política de ensino da PMBA atende ao exercício da profissão como prática da cidadania, participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito.

Nota-se, que a visão do co-gestor é similar ao resultado obtido no questionário aplicado aos coordenadores, sendo ratificado em outro aspecto quando se trata das dificuldades, na estrutura e logística, encontradas no decorrer da formação, que teve como resultado a constatação de contextos que exigem habilidade dos implementadores da política de ensino.

No entanto, quando se refere a formação técnica dos instrutores é notória a diferença do resultado da pesquisa. Para 43% do coordenadores, os instrutores possuem conhecimento técnico para conduzir o processo de formação, já para 57% os instrutores não possuem. Válido salientar, como afirmado na entrevista ao co-gestor, os profissionais que são empregados nas instruções atuam na execução de atividades, porém não necessariamente possuem formação para lecionar.

Quanto à participação na formulação de práticas e construção de conteúdo, observa-se 57% afirmaram que sim, houve possibilidade de contribuição, 29% afirmaram que parcialmente e 14% que não. Nota-se, então, que diversos fatores contribuem para que a implementação da política de ensino no 3º BEIC sofra ajustes por parte da equipe responsável pela execução, o que pode acarretar, inclusive, a mudança do perfil da formação dos futuros profissionais designados para prestação do serviço de segurança pública.

Figura 1: Entrevista com gestores pedagógicos



Nesse sentido, Lipsky (2010) afirma que as relações na gestão ocorrem em meio a escassez de recursos fundamentais para a fiel execução do que fora formulado.

A tomada de decisão burocrática ocorre em condições de tempo e informação limitadas. Os decisores tipicamente são limitados pelos custos de obtenção de informações relativas aos seus recursos, pela capacidade de absorver informações e pela indisponibilidade de informações. (tradução livre - Lipsky, 2010, p. 29)

4. Resultados e discussões

Ao analisar o material exposto nesta pesquisa, pode-se observar que a Polícia Militar da Bahia aderiu formalmente, no âmbito da educação profissional, a Matriz Curricular Nacional para ações formativas de profissionais de segurança pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública - MJ, elencando na Diretriz Geral de Ensino da Corporação como fundamento e fonte de parâmetro para ações voltadas para o ensino e a pesquisa.

No entanto, é imprescindível ressaltar que na Matriz Curricular do Curso de Formação de Soldado 2018 é notória a ausência de elementos fundamentais para a aplicação do conteúdo a partir de uma unidade de pensamento e ação que estabelece um rol de competências a serem desenvolvidas, como se observa nas tabelas 1 e 2, pois no referido documento não estão definidos os seguintes elementos que são exigidos pela DGE:

- Objetivos geral e específico da formação do soldado policial militar;
- A dinâmica Curricular (eixos articuladores e áreas temáticas);
- Orientações teórico-metodológicas;
- Referências bibliográficas;

Outro fator a ser observado se refere à estrutura disponível no 3º Batalhão de Ensino, Instrução e Capacitação em que diversos pontos necessitam de adequações, como por exemplo: ausência de local adequado para treinamento de tiro policial e biblioteca com material didático disponível para consulta, estruturas imprescindíveis para o desenvolvimento de disciplinas das diversas áreas temáticas. A situação exposta exige dos gestores locais habilidade para buscar parcerias em instituições privadas, a fim de evitar prejuízos às ações formativas, evidenciadas na entrevista e questionário, figura 1, aplicados aos coordenadores administrativos e pedagógicos.

Nota-se, ainda, que apesar do efetivo docente possuir nível superior de escolaridade a disponibilidade de profissionais especialistas é limitada em razão de não haver uma política de formação de formadores/instrutores para melhor cumprir as atribuições enquanto educador no campo da segurança pública. Tal cenário possibilita o surgimento de elementos indesejáveis no processo formativo já que há divergências e lacunas entre os planos de desenvolvimento federal e estadual terreno fértil para a execução o surgimento do currículo oculto.

Segundo Moreira (apud BRASIL, 2014, p.17) os valores podem ser transmitidos através de atividades e relações sociais diárias de forma imperceptível, mas de grande capacidade para

influenciar a formação dos indivíduos. Traduzindo o termo currículo oculto para o âmbito policial significa o risco de serem inseridos em pauta conteúdo diverso do proposto pela ordem democrática, constatando o que Lipsky (2010) afirma quanto a discricionariedade que permite ao agente público, mesmo envolto às regras institucionais, serem influenciados em suas decisões por suas histórias de vida através dos valores, ideias e crenças, inclusive enquanto produto das interações com os usuários dos serviços.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do aporte teórico realizado, observa-se que a implementação da política de ensino da Polícia Militar da Bahia apresenta elementos que dificultam a fiel execução do que foi formulado nas Diretrizes Gerais de Ensino. Nesse sentido, é notória a conclusão de que mesmo havendo instrumentos, como a Matriz Curricular Nacional enquanto referência, para nortear as atividades administrativas e pedagógica nas ações formativas é necessário um esforço das unidades em buscar alternativas para o cumprimento da missão.

A pesquisa foi realizada no 3º Batalhão de Ensino, Instrução e Capacitação, pertencente à estrutura de ensino da PMBA no município de Juazeiro, responsável pela demanda de formação e capacitação de policiais militares que atuam na região norte do estado. O objetivo da pesquisa foi analisar a implementação da Matriz Curricular do Curso de Formação de Soldado 2018 frente à MCN. Para tanto foram analisadas normas que regem a política de ensino da Instituição através da pesquisa bibliográfica e documental.

Foi exposto como a DGE está adequada aos parâmetros da MCN quanto ao: desenvolvimento de competências cognitivas, operativas e atitudinais; consolidação do respeito aos princípios democráticos e do respeito aos direitos humanos contemplados na Carta Magna; compromisso com a profissionalização e especialização de integrantes da Corporação. No entanto, apesar de haver alinhamento entre esses documentos, a MC do CFSD está incompleta quando se trata de delinear importantes aspectos para a formação do soldado policial militar e permitir ao professor/instrutor a identificação da proposta de trabalho que deverá implementar.

Outra evidência observada através das entrevistas foi a dificuldade quanto a logística e estrutura da unidade de ensino, por ainda não ter sido contemplada com áreas adequadas ao treinamento de tiro, sala de Tecnologia da Informação e Comunicação, biblioteca e material didático para estudos e consulta. Bem como a ausência de cursos voltados para a formação de formadores.

Pode-se concluir que se faz necessário alinhamento institucional no sentido de adequar a implementação com foco nas dificuldades enfrentadas pelos atores que executam a política pública, construindo coletivamente a proposta de trabalho que contemple as diversas especificidades das unidades responsáveis pela formação, para reduzir a margem de discricionariedade do agente, bem como reduzir a possibilidade de não alcançar o objetivo de formar com excelência profissionais de segurança pública.

Espera-se nesse sentido que este trabalho possa fomentar debates e discussões, e ainda, auxiliar a melhoria no processo implementação de políticas públicas nas unidades de ensino profissional das instituições que atuam com a violência e criminalidade, fenômenos sociais complexos da sociedade contemporânea.

Referências

- BRASIL. **Mapeamento de modelos de ensino policial e de segurança pública no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça/SENASP, 2013.
- _____. **Matriz Curricular Nacional**: para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Brasília: Ministério da Justiça/SENASP, 2014.
- _____. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Editora do Senado, 2015.
- CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2018**. Fórum Brasileira de Segurança Pública e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2018.
- CHANFANA, Abel; CRUZ, José Pestana; QUINTAS, Helena. **A importância da formação profissional na polícia de segurança pública**. Revista de Psicologia Militar, vol. 2, Lisboa, Centro de Psicologia Aplicada do Exército. 2011.
- GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. Herman Goldstein tradução Marcelo Rollemberg São Paulo. Ed. da Universidade de São Paulo. 2003. Serie Policia e Sociedade, nº 9, (organização Nancy Cardia).
- LIPSKY, M. **Street-level Democracy**: dilemmas of the individual in public services. New York: Russell Sage Foundation, 2010.
- LIMA, Renato Sérgio; BUENO, Samira; SINHORETTO, Jacqueline. **A gestão da vida e da segurança pública no Brasil**. Revista Sociedade e Estado. Vol. 30. Nº 1. 2015.
- BAHIA. **Diretriz Geral de Ensino (2016-2019)**. Salvador: Polícia Militar da Bahia, 2016.
- _____. **Plano Estratégico (2017-2025)**: a PMBA rumo ao seu bicentenário. Salvador: Polícia Militar da Bahia, 2017.
- _____. **Matriz Curricular do Curso de Formação de Soldados – CFSD 2018**. Salvador: Polícia Militar da Bahia, 2018.
- MARQUES, Eduardo. As Políticas Públicas na Ciência Política in MARQUES, Eduardo / FARIA, Aurélio Pimenta de (ORGS). **A Política Pública como Campo Multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp / Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.
- RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 1º ed. 2011.
- SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006.